



AS ARTICULAÇÕES DAS ESCALAS GLOBAL E LOCAL NA CONFORMAÇÃO DA REDE ESPACIAL URBANA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (RM CARIRI)

**Carlos Eduardo Pereira do Nascimento
Francisco do O' de Lima Junior**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é conhecer a inter-relação global-local na construção da rede espacial urbana, tendo como referência a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) *vis à vis* reestruturação produtiva. Para tanto, utiliza-se uma metodologia pautada nos métodos exploratório, descritivo e explicativo. O procedimento realizar-se-á através de pesquisa bibliográfica de diversos autores abordando temas que englobam os estudos do localismo, da metropolização dialogando entre estes temas, com análise qualitativa. Apesar da inexistência do status metropolitano, a RM Cariri é uma metrópole que nasce em condições emergentes. Situada no interior do estado do Ceará, é pelo seu dinamismo no contexto da reestruturação produtiva que permitiu maiores investimentos, aliado ao ideário político-econômico do Governo do Estado do Ceará, bem como aos mecanismos de regulação conjunturais globais. Assim, a inter-relação global-local cria situações permissivas à maior inserção das especificidades locais a partir do ambiente global através de processos de desterritorialização e subsequente reterritorialização que, no caso em estudo, se dão através de atributos cultural, religioso, econômico etc., nas mais variadas formas.

Palavras-chave: Metropolização. Rede Urbana. Reestruturação produtiva. Desenvolvimento local. RM Cariri.

1 Introdução

A reestruturação produtiva marca o apogeu do capital financeiro, da flexibilidade das políticas públicas e do trabalho, do processo de metropolização e da descaracterização dos espaços locais pelo fenômeno da globalização. Já presente nos espaços desenvolvidos, o global passa a se inserir nos espaços periféricos e em desenvolvimento, a fim de expandir o processo de circulação e reprodução do capital.

Destarte, o conjunto de cidades não metropolitanas ganha destaque significativo na integração com o espaço global. A adaptação das cidades ao desenvolvimento global torna-se um caminho a ser alcançado mediante especificidades locais, caminhando a unicidade/universalidade dos espaços. Assim, os espaços se integram ao global, através da desterritorialização, descaracterizando o aspecto local, a identidade local com a população, levando a uma reterritorialização do mesmo, transfigurando-o de local para global.



Nestes moldes, a metropolização nasce como uma extensão do capital, uma expressão fenomênica máxima da globalização. No caso brasileiro, essa modificação na estrutura urbana inicia em 1973, com a primeira institucionalização metropolitana. A partir de 1988, com a concessão de certos poderes a estados e municípios sendo um deles a prática de criar regiões metropolitanas a partir dos governos estaduais. Isso gerou um excesso de regiões metropolitanas, sendo muitas delas caracterizadas como região, mas não como metrópoles.

Este fato gerou diversas discussões, levando a hipóteses de como e por que isso ocorre, entre estas, têm-se a metrópole emergente, tentando acompanhar o crescimento econômico de determinados espaços, ou simples cunho político haja vista que áreas metropolitanas recebem mais recursos. Ademais, o neoliberalismo causou uma forte imobilidade da política de desenvolvimento. Em sua essência, as sanções neoliberais desencadearam profundo ataque ao estado nacional. Uma das ações está na égide da “teoria do poder local”, engendrando falsas ideias de desenvolvimento local, dimanadas de ações locais ou regionais (VAINER, 2002; BRANDÃO, 2007).

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é conhecer a inter-relação global-local na construção da rede espacial urbana, aplicado a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) no contexto da reestruturação produtiva.

A metodologia pauta-se nos métodos exploratório, descritivo e explicativo. O procedimento técnico realizar-se-á através de pesquisa bibliográfica de diversos autores abordando temas que englobem os estudos do localismo, da metropolização e outros que abordem o diálogo entre estes temas, com análise qualitativa.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em três seções: a segunda evidencia a reestruturação produtiva e o novo ordenamento territorial na globalização; a terceira seção tratar-se-á das articulações global-local na construção do espaço urbano no contexto da reestruturação produtiva, pautada nas análises do fenômeno metrópole e do desenvolvimento local; e por fim tem-se o estudo de caso para a RM Cariri.

2 Reestruturação produtiva e ordenamento territorial na era do fluxos

Nas últimas décadas do século XX presencia-se a fragmentação e dispersão espacial dos processos produtivos, culminando em nova forma de organização da



reprodução dos fatores de produção e da força do trabalho, mediante redistribuição e reestruturação desses processos (LIMONAD, 2011).

A reestruturação produtiva, expressão fenomênica da globalização (PIMENTEL NETO *et al.*, 2014), nasce à luz da derrocada do sistema taylorista-fordista, na transição da estrutura produtiva para a estrutura financeira. O advento da tecnologia e da informação, além das técnicas de organização e gerenciamento produtivo contribuiu para os fluxos espaciais e setoriais do capital, do trabalho, das mercadorias e das informações. A circulação dos bens e serviços tornou-se mais célere, gerando uma compressão espaço-temporal. Mesmo existindo a distância física, o espaço parece desaparecer em relação ao tempo. Esta compressão possibilita continuidades e contiguidades espaciais e temporais (SANTOS, 1994; LIMONAD, 2011). O progresso técnico e a inovação tecnológica estão mais confinados ao pequeno círculo dos países desenvolvidos, “imbricados em processos históricos e geográficos específicos de gênese e de acumulação” (VELTZ, 1996, p. 98).

2.1 O fenômeno da reestruturação produtiva

Iniciada nos anos 1970, a reestruturação produtiva marca o momento de transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro. Ademais, tem-se a ascensão das políticas neoliberais, desregulamentando os mercados e integrando-os internacionalmente, incluindo os países periféricos.

Destarte, o processo de globalização encontra no fenômeno urbano-metropolitano as bases para sua acumulação e reprodução flexíveis. A competitividade deixa de ‘pertencer’ as empresas e passa a ser dos lugares. A partir daí, tem-se a configuração do novo papel destes na economia mundial. Todavia, cabe frisar que esta transferência de papéis está ligada à acumulação, isto é, entre a competitividade das cidades está a competitividade das empresas, buscando incentivos e benefícios, objetivando um lócus vantajoso que as garantam segurança e benefícios (SOUZA; CARVALHO NETO, 2009; BARBOSA, 2011).

Neste contexto, a urbe ganha ênfase na era da acumulação globalizada e a reestruturação urbana nasce como consequência, nos moldes do capital, adequando-as ao global, expropriando sua riqueza local. Os processos mais importantes responsáveis pela origem e pela forma da reestruturação urbana podem, talvez, ser resumidos em:

- (a) a suburbanização e o surgimento de um diferencial de renda (*rent gap*);
- (b) a desindustrialização das economias capitalistas avançadas e o



crescimento do emprego no setor de serviços; (c) a centralização espacial e simultânea descentralização do capital; (d) a queda na taxa de lucro e os movimentos cíclicos do capital; (e) as mudanças demográficas e nos padrões de consumo (SMITH, 2007, p. 20).

Assim, a reestruturação produtiva configurou as relações mercantis, sociais, políticas, culminando em flexibilização, desregulamentação. A transição de um esquema produtivo intensivo em fator trabalho, para outro com maior carga de trabalho, vivendo em um ambiente hostil e predatório. O capital assume mais formas e com isto amplia sua reprodução nas diversas escalas. Ademais, o reordenamento urbano-espacial está implícito e é intrínseco à ação do capitalismo através do instrumento da globalização, fomentando espaços que auxiliem na reprodução e circulação do capital no mundo.

2.2 Ordenamento territorial na era da globalização

O ordenamento territorial se dá sob a égide da reestruturação produtiva que modifica as bases urbanas, lançando premissas para o novo modelo desordenado e difuso de cidade (LENCIONI, 2006). Qualquer tipo de fluxo pressupõe existência de redes, adjetivada pela capacidade de conexão (MOURA; WERNECK, 2011). Ele gera fluxos contínuos, isto é, gera redes ligadas através das necessidades do capital.

Ligada a esse processo, a divisão internacional do trabalho atribui a alguns setores e lugares função privilegiada na organização espacial, seja funcional ou territorial, dotando-os de maiores condições a especializações, visando à maior concentração de capital, possibilitando novas divisões do trabalho. Destarte, o corolário é uma assimetria nas relações, com aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a mobilidade das pessoas (SANTOS, 2006).

Este contexto traduz a nova perspectiva que a cidade transmite ao mercado. Perspectiva esta, que informa o novo papel da cidade no contexto mundial: o papel de empresa corporativa, não “mais lugares para se habitar, mas para exibir, [...] como se fossem imensos videoclipes publicitários” (BARBOSA, 2011, p. 127). A cidade, através das táticas e estratégias difundidas pelo capital tende a extravasar os limites da aglomeração física e da concentração econômico-espacial (LIMONAD, 2011). Nesse contexto, o local assume papéis mais complexos envolvendo a escala global.



As transformações presentes do meio técnico-científico informacional, dos novos meios de comunicação e transporte, ao vencer o espaço pelo tempo, favorecem uma crescente desaglutinação espacial de atividades e permitem uma separação de locais de trabalho, residência e consumo em uma escala mais ampla do que a cidade propriamente dita (LIMONAD, 2011, p. 160).

Destarte, ocorre uma especialização/separação de lugares na escala do território. A urbanização deixa de estar relacionada apenas “à urbe, ao urbano, à cidade, à aglomeração de pessoas, equipamentos e infraestruturas” (Ibidem, 2011).

Outra questão atinente ao ordenamento territorial é a conformação do mercado de trabalho. Munido pelas políticas neoliberais, modificou o padrão-trabalhador, de inerte para proativo, de uma função para polivalência, de desqualificado para técnico e mais escolarizado. Estas são as novas premissas seguidas pelo mercado, os quais são o alicerce da base motora capitalista de produção (BARBOSA, 2011).

3 As articulações global-local no processo de formação do espaço urbano

Nos anos 1970, surge um movimento de transição do capital que modifica as bases da acumulação capitalista através do processo de globalização. Datada nos anos 1980/90 (LEME, 2010), esta é apresentada como uma das grandes responsáveis pelos nexos da nova construção espacial e “proporcionadora de oportunidades à escala mundial, regional e local” (LOURENÇO, 2014, p. 18). Aliado a isso, o processo de reestruturação econômica no contexto das transformações na economia global, no final do século XX, início do século XXI, configurou formas diferenciadas de inserção dos diversos espaços do mundo, a mercê de determinadas funcionalidades nos moldes do capitalismo contemporâneo defronte as características de seus respectivos estágios de desenvolvimento, oriundas de suas estruturas econômicas e de seus mecanismos de formação (LIMA JÚNIOR *et al.*, 2016).

Após a derrocada do sistema taylorista-fordista¹, o advento do capital financeiro traz novas premissas padronizadoras para a economia e o mercado. Com os novos padrões de empresas (empresa enxuta) e trabalhador (eclético, multifuncional), as mudanças nas relações de mercado – sobretudo o mercado de trabalho – são reestruturadas. Utilização de

¹ Pautado nas ideias de Taylor - linha de produção pautada na relação capital-trabalho, e Ford – linha de montagem em série, através da fixação de funções específicas da linha produtiva (HELOANI, 2002; MORAES NETO, 1999), o qual apresentou insuficiência de demanda para mercados abarrotados de produtos e serviços sem destino (HARVEY, 2004).



tecnologias e uso de metodologias que enxugassem custos trabalhistas eram necessários para integrar o novo mercado mais competitivo e predatório. Antes, se tratando da rigidez de salários e estabilidade empregatícia, tem-se agora à informalidade ocupacional, às subcontratações, à terceirização e o trabalho temporário (VALOIS, 2007).

Esse novo sistema abriu portas para uma ampliação descomunal de novas (e velhas) modalidades de superexploração do trabalho, desigualmente impostas e globalmente combinadas pela nova divisão internacional do trabalho na era dos impérios e, ao mesmo tempo proporcionou as empresas a apropriação de vantagens comparativas através da globalização econômica (ANTUNES, 2016). Ademais, houve o rompimento com o Estado de Bem-Estar Social, pelo advento das políticas neoliberais e alto endividamento dos estados.

Com a reestruturação produtiva, a espoliação do capital aumentou seu nível de alcance, tratando de se inserir nos espaços periféricos, “introduzido inicialmente em economias avançadas e posteriormente disseminado gradativamente pelas menos desenvolvidas” (SANTOS; MOREIRA, 2006, p. 2). No Brasil, diante de uma hiperinflação, elevada dívida externa e o paradoxo do Plano Real², colocaram o país nesse cenário pelo caminho passivo, submisso nos mercados mundiais comandados pela financeirização da riqueza, da globalização (BRANDÃO, 2007).

3.1 MetrÓpole: aspectos e definições contemporâneos

3.1.1 A metropolização no mundo

As metrÓpoles não são fenômenos recentes na história urbana. Possuem um conceito bastante polissêmico, ligada etimologicamente à Grécia Antiga, na qual se refere a uma cidade mãe de outras ou cidade útero. Tal significado expressa a dependência das demais cidades a ela. Destarte, seu conceito incipiente estava assim, ligado ao domínio de um território, a diversificada oferta de bens e serviços para uma região. (LENCIONI, 2006; FIRKOWSKI, 2012).

Movimento que sucede o urbanismo³, o processo de metropolização

² Auxiliou na contenção da inflação, mas, ao mesmo tempo, engendrou uma crise interna que, posteriormente, levou a maxidesvalorização do real, aumento do endividamento externo etc. (BRANDÃO, 2007).

³ Materializou-se como estudo específico no século XX mediante estudos no século anterior através de economistas, historiadores e políticos da época. A urbanização inicia-se com a cidade industrial (MONTE-MÓR, 2006).



“[...] está historicamente associado aos processos de industrialização e urbanização. Em maior ou menor grau, suas características básicas são a grande concentração populacional, a multifuncionalidade e a presença de relações econômicas diferenciadas nos âmbitos nacional e internacional” (DAVANZO *et al.*, 2011, p. 97).

Este fenômeno implica um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes. Não é um processo isolado, é uma cidade do capital, e não uma cidade industrial (LENCIONI, 2006; OLIVEIRA, 2006). Tem levado ao adensamento de diversas áreas, a irradiação da metrópole e inúmeras operações de revitalização com fortes traços de gentrificação ou revitalização urbana. Traços estes que conformam espoliação espacial. Ademais, tem-se, à margem deste, o advento de outros movimentos urbanos, tais como a favelização, a precarização do trabalho, especulação imobiliária etc. Tais processos imprimem peculiaridades metropolitanas ao espaço, isto é, pautam-se em uma desterritorialização espacial, alterando as estruturas locais preexistentes, sejam esses espaços metrópoles ou não. É a transcendência dos movimentos metropolitanos inseridos nos diversos espaços. É um processo hegemônico, que subordina a urbanização (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013; LENCIONI, 2015a). Ademais, “a lógica da metrópole contemporânea é internamente mais desigual, desumana e predatória, tanto que a magnificência dos projetos arquitetônicos e urbanísticos não consegue mais esconder; ao contrário, são reveladores” (LENCIONI, 2015b, p. 157). Revela-se um urbanismo desregulado, o traduzindo-se em uma cidade sem urbanismo. Assim, tudo nela (cidade) é um espetáculo e, concomitantemente, lamentável (LENCIONI, 2015b).

Envolvida nesse contexto, há a inserção do meio rural na integração dos espaços (superação da dicotomia urbano-rural). Urbanidades inserem-se nesse meio, atuando como sintetizadores da hibridez entre o urbano e o rural – este tomando os caminhos da qualificação, sem que desapareça. O corolário é uma “mercadificação do rural”, isto é, inserindo no urbano, submisso ao capital (FERREIRA; RUA; MATTOS, 2015).

Como conceito sendo em sua essência, é uma

[...] construção institucional participativa, em que diferentes atores políticos se unem para o desenvolvimento de um planejamento regional integrado, seguindo o preceito de que a união de esforços e de recursos seria a resposta para a solução de problemas que extrapolam os limites territoriais



dos municípios, estendendo seus efeitos para além das jurisdições locais (CASTRO, 2006, p. 53).

Diante de um célere processo de industrialização, atrelado a um processo de urbanização, intensificou-se o êxodo rural pela integração dos transportes e pelas telecomunicações. Logo, o processo de metropolização chegou ao espaço periférico buscando maior reprodução e circulação. Criava-se, então, uma estruturação de rede de cidades devido aos sistemas de transporte, associando a economia ao urbano (SOUZA, 2006).

3.1.2 A metropolização no Brasil

A metropolização entra em conformidade no Brasil a partir de 1973, através da primeira política urbana do país – especificamente a Lei nº 14, a qual marcou a criação de nove RM's: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro, sendo esta última criada em 1974, através da LC nº 20 (BRASIL, 1988; CASTRO, 2006). Esta lei teve dois fatos marcantes: o longo período para sua edição, mostrando, que além de não ser prioridade “o quanto complicado era chegar à sua definição legal o que, mesmo assim, não resolveria o problema, uma vez que os demais decretos” (CASTRO, 2006, p. 36).

Como referência crítica a essa ação do Governo, Souza (2006) afirma que fazer política urbana é fazer resistência, é lutar com o intuito de avançar na formação de novos conceitos em relação àqueles que foram ignorados pelo sistema. Ainda segundo ela, o desenvolvimento e institucionalização das RM's no Brasil sempre seguiram à margem de todas as reflexões sobre a política urbana brasileira, e até hoje segue à margem das políticas territoriais.

Após o movimento de transição da urbanização da década de 1960 para a pós-urbanização (metropolização) nas décadas 1970-80, engendra-se e ganha corpo um fenômeno chamado de desmetropolização. Este fenômeno é a tendência de um duplo movimento, no qual os fluxos do capital se inserem nas grandes cidades, disseminando a metropolização e transferindo-a para as cidades médias (SOUZA, 2006).

Um espaço com uma cidade central transparece uma região metropolitana, no qual esta cidade



[...] assume o papel metropolizador das cidades limítrofes, como resultado de sua dinâmica ampliada e diferenciada. A metropolização, destarte, tem produzido um ritmo de crescimento populacional ímpar no contexto metropolitano, o que repercute no levantamento do dado cuja base territorial é o município, pois sua dinâmica populacional está umbilicalmente ligada a uma totalidade metropolitana e só assim se explica seu crescimento (FIRKOWSKI, 2012, p. 22-23).

Aliado a esse contexto ocorre, à luz do processo de metropolização, uma apropriação exacerbada da expressão metropolitana, caracterizando qualquer aglomerado urbano ou mesmo um conjunto não aglomerado desvirtuando, portanto, o conteúdo conceitual. O que é metrópole? O que é uma região metropolitana? Em que ela se diferencia de uma aglomeração urbana? (MOURA; LIBARDI; BARION, 2006, p. 132). Doravante, entra-se no debate das 'metrópoles regionalizadas' e se, de fato, são aglomerações urbanas (difusas ou não) ou regiões metropolitanas – de fato. Davidovich e Lima (1975, p. 51) ratificam que as aglomerações urbanas são

a) resultantes da expansão de uma cidade central; b) resultantes da expansão simultânea de duas ou mais cidades de porte aproximadamente equivalente que tendem a aglutinar-se (processo de conurbação) - as aglomerações deste tipo têm sua origem basicamente ligada à industrialização; e c) resultantes de uma integração decorrente do próprio sítio geográfico (cidades geminadas).

A metrópole, conforme explana Firkowski (2013), é um fenômeno urbano da globalização que apresenta diversos conceitos, mas que ganha novos significados no contexto atual. “Difícil, porém, é sua transposição para um conceito que expresse aquilo que se quer qualificar, [...] que guarda uma grande complexidade em seu interior e ao qual novos sentidos vêm sendo incorporados” (FIRKOWSKI, 2013, p. 23).

Através da medida política de desconcentração instaurada pela Constituição Federal (CF) de 1988, a União atribui às unidades federativas a incumbência de instituir, “mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988). Assim, a CF exime a União de responsabilidades quanto à criação de RM's, além das críticas concernentes ao “centralismo e permite maior flexibilidade na concepção das unidades” (MOURA *et al.*, 2003, p. 52).



Ocorre, à luz do processo da metropolização, “uma apropriação generalizada da expressão metropolitana, adjetivando qualquer aglomeração urbana e mesmo de conjuntos não-aglomerados, desvirtuando, portanto, o conteúdo conceitual” (MOURA; LIBARDI; BARION, 2006, p. 132). Institucionalizar-se-iam RM's sem finalidade predefinida, sem razões para o recorte institucional, “criando uma embalagem sem conteúdo” (Idem, 2006, p. 134). A simples instituição de unidades regionais nem reflete de fato em uma configuração espacial, pois cria somente um recorte espacial, nem induz a um efetivo poder regional (MOURA *et al.*, 2003).

3.2 Teoria do desenvolvimento local: a escala local frente à global

Nos anos 1980, a globalização financeira e a consequente reestruturação produtiva do capital conformaram um processo mundial que intensificou os processos de desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação. A crise do sistema produtivo do capital industrial desencadeia a revisão dos processos produtivos e da organização das empresas, com fins de restaurar a rentabilidade capitalista. Tal revisão é feita sob a égide de um novo paradigma tecnológico, com a introdução da automação microeletrônica (PIMENTEL NETO *et al.*, 2014). Assim, o capital abre um maior leque de possibilidades quanto a sua reprodução, aumentando o ambiente no qual circulará através de sua celeridade e de fácil inserção nos locais a partir da relação espaço-tempo. Isso significa que esta ‘abstração do mercado’ se integra aos espaços com maior velocidade devido a sua internacionalização (BRANDÃO, 2007; NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR; ALVES, 2018).

Para Brandão (2007, p. 30), o sistema capitalista que incorpora a globalização financeira “recorrentemente aprofunda e complexifica a divisão social do trabalho, em todas as suas dimensões, inclusive espacial”. Aperfeiçoa os mecanismos para manejar as escalas espaciais em seu benefício, nenhuma escala pode ser considerada melhor ou pior. Ganharão nova significação em cada momento histórico particular (NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR; ALVES, 2018).

Um dos aspectos mais salientes da globalização como fenômeno econômico, social e cultural é o da fragmentação dos espaços, diferenciando territorialidades dentro de territorialidades, produzindo, como resultado, a diferenciação dos lugares. Diante disso, por atualmente o mundo estar inserido em um processo de globalização, muitas interferências nascem e são regidas por ele, como o lugar-global, sendo “um espaço fragmentado,



diferenciado e apropriado à produção multipolarizada e em rede. Esse novo lugar de produção é, portanto, parte, ou uma unidade, da cadeia multipolar na rede global” (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 128).

O advento das políticas neoliberais culminou em uma forte imobilidade política de desenvolvimento. Fora desencadeado um profundo ataque ao estado nacional. Uma das ações está na égide da “teoria do poder local”, engendrando falsas ideias de desenvolvimento local, dimanadas de ações locais ou regionais (VAINER, 2002; BRANDÃO, 2007). Este contexto configura a urbe como competitiva, a cidade-mercado ou cidade-mercadoria.

O localismo ganha corpo, todavia a força do Estado é imprescindível na formulação de políticas e desenvolvimento que transcendam o local (BRANDÃO, 2007). Existem aqueles que acreditam que a globalização é um processo ‘criado’ pelos governos para justificar sua submissão voluntária aos mercados. “A desindustrialização, o crescimento das desigualdades e a contradição das políticas sociais [...] resultam de decisões de política interna que refletem a mudança das relações de classe a favor dos proprietários do capital” (BOURDIEU; WANCQUANT, 2001, p. 3).

Nesse sentido, o local teria a capacidade de cumprir as incumbências que sempre foram dos estados nacionais, “seja a função de acumulação e a função de legitimação” (VAINER, 2002, p. 17). O localismo (competitivo) realiza o projeto do global, onde cada espaço entra em conflito com outros espaços com o intento de se inserir no mercado político e econômico das grandes nações. Dessa forma, o local tem a capacidade, por si só, de se integrar e produzir o capital em seu espaço, sem necessitar do auxílio das demais escalas urbanas (regional e nacional) (VAINER, 2002; BRANDÃO, 2007).

A cidade não é apenas reflexo da sociedade, é um complexo de relações sociais, econômicas e de poder (VAINER, 2002). Imersa na era da informação, conhecimento e fluxos globais, ela adquire novas personalidades, novas formas de poder e novas estratégias de gestão. Mesmo as cidades de porte médio, e muitas de pequeno porte, por algum item de suas funcionalidades, por alguma especificidade local, passam a integrar redes internacionais de circulação de produtos, cultura e turismo, culminando em uma “endogenia exagerada”, caracterizando o local com poder ilimitado (BRANDÃO, 2007, p. 38). Cada qual tem um poder e uma importância na rede (KRONEMBERGER, 2014).



Articulando em conjunto com aquela, o paradigma tecnológico induz a uma crescente concentração de processos de geração de conhecimento e tomada de decisões em organizações de alto nível, consideradas as únicas indispensáveis, concomitantemente à precarização das relações salariais do trabalho de execução de tarefas, dispersão espacial, subcontratação ou automação (COMPANS, 1999). Destarte,

o novo papel das cidades é aquela que acentua sua gênese à emergência de um novo modelo de organização sociotécnica da produção com a introdução das novas tecnologias da informação simultaneamente à reestruturação do capitalismo, em particular no que concerne ao processo de internacionalização do capital que, juntos, estariam conformando um novo “espaço de fluxos” em substituição ao “espaço dos lugares” (COMPANS, 1999, p. 92).

Assim, caracterizam-se como lócus privilegiado, no qual os gostos, modos de vida e estilos são criados e recriados e a cultura é mercantilizada. A complexidade dos processos urbanos ligados à cidade conformam diversas terminologias para elas, entre estas se destaca a de Sassen (2005), que cunhou o termo cidade global (Global City). Sendo assim, a cidade global é

uma rede de nós urbanos de distinto nível e com distintas funções que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, em um sistema interativo de geometria variável ao qual devem constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades. O sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide. E a relação mutante concernente a esta rede determina, em boa medida, a sorte de cidades e cidadãos (BORJA; CASTELLS, 1998, p.43).

Ademais, como ferramenta dinamizadora do capital, as cidades configuram-se como empresas, incorporando processos de diversificações e especializações, ou seja, cada cidade apresenta seu próprio ritmo de relação com outros locais e também com o mundo. O governo engendra laços com as empresas, traçando uma governança corporativa, fomentando uma nova forma de gestão voltada ao empreendedorismo urbano, tendo um pacto consensual entre os atores sociais promovendo planos estratégicos de grande efeito físico-territorial e político no espaço urbano – a exemplo o processo de metropolização (HARVEY, 2004; LEAL, 2012). O local, em certas ocasiões, ganha força e sobrepõe os



mecanismos globais. Castells (2001)⁴ e Sassen (2005, p. 38) chamam atenção, esta enfatizando as cidades como “a strategic site not only for global capital, but also for the transnationalization of labor and the formation of translocal communities and identities”; aquele destacando a ideia de empoderamento como base para um “desenvolvimento vertical”.

Destarte, nem sempre o poder global (ou espaço global) é hegemônico em todas as suas atuações nas localidades. Daí tem-se o poder local: “constitui-se como um conjunto de relações articuladas e superpostas, em um determinado espaço, e em torno de interesses econômicos, políticos, sociais” (PIMENTEL NETO *et al.*, 2014, p. 263).

Neste cenário, a reestruturação produtiva do capital modifica as relações espaciais através das relações entre o local e o global, engendrando novas bases para a cidade. Assim, o urbano é “a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social” (MONTE-MÓR, 2006, p. 14) À medida que o tecido urbano se transporta para outros territórios, dissemina a práxis político-urbano presente em seus domínios. Também denominado de espaço urbano-industrial, metáfora para expressar o espaço social configurado pela urbanização, o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Tomam o campo como um local que apresenta as manifestações da cidade. Isso, de fato, ocorre. Não mais o domínio desta sobre o campo, mas uma apropriação do seu espaço para reprodução do tecido urbano (LEFEBVRE, 2008). Assim, o local é criado a partir de fragmentações. Fragmentações estas engendradas pela globalização (NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR; ALVES, 2018).

Conforme Haesbaert (2013), a fragmentação apresenta duas faces, a inclusiva e integradora e a excludente e desintegradora. A primeira versão traz mecanismo que interessam a expansão da globalização e suas bases (flexibilização do processo produtivo, terceirização, trabalho temporário, contratos precários etc.). Esta situação integra grande parte da população, porém em situação precária e com baixos salários. Sua segunda versão traz mais duas versões referentes ao pape: a ligada à globalização e a resistente a ela. A primeira refere-se a um movimento excludente, desintegrador, que leva ao etnocídio, desemprego estrutural, desculturação. A segunda concentra aqueles que resistem à

⁴ Ver em: CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8ª ed. v. 1. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo, Paz e Terra, 2001.



globalização, com uma visão conservadora (movimentos fundamentalistas) e progressista (movimentos sociais).

Nesse contexto, o exército industrial de reserva, definido por Marx, parece estar se transformando numa massa permanente de precarizados, cuja situação traduz-se em um enfraquecimento do próprio movimento trabalhista, com os trabalhadores não mais lutando por mudanças nas condições de trabalho, mas somente a reivindicação em simplesmente entrar no mercado, como se “a exploração capitalista fosse uma espécie de benefício a ser concedido” (HAESBAERT, 2013, p. 45).

Todo esse arcabouço teórico induz a uma “guerra” entre os locais. Criou-se um paradigma no contexto internacional em seguir padrões que foram eficientes em outros espaços. Este modelo instiga as localidades que almejam inserir-se nos fluxos econômicos globais. A propagação desse paradigma incita a competição interurbana. Esta conformação pauta-se na evolução tecnológica, à luz da crescente concentração da geração de conhecimento e tomada de decisões em organizações de alto nível, concomitantemente à precarização das relações salariais do trabalho de execução de tarefas, dispersão espacial, subcontratação ou automação.

A nova configuração das cidades pressupõe um novo status para o local, através da descentralização política que tornou independente as ações das cidades politicamente falando. A funcionalidade destas passou nas últimas décadas por grandes transformações. Dessa forma, até cidades com funções específicas, transitaram de funções pontualizadas para funções globalizadas e informacionalizadas do processo de produção, circulação e de agenciamento financeiro. Ademais, o espaço organizacional das cidades, “a cidade-zona”, apresenta particularidades que conflitam conceitos. A urbanização pode não ser considerada e identificada integralmente como cidade, a partir do pressuposto que nem todos participam dos atributos específicos delas (NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR; ALVES, 2018).

As cidades como organizações públicas estão ativadas presentemente por uma dinâmica de transição entre um passado ainda recente e uma nova modernidade que avança rapidamente, e paradoxalmente, em direção a um futuro dominado pela tecnologia da informação, o que agrega qualidade de vida, e um presente-futuro de desagregação social, o que agrega violência urbana e baixo nível cultural (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 131).

3.3 O espaço reificado a partir da imbricação global-local



Engendrou-se um grande debate sobre a imbricação de dois movimentos espaciais: metropolização⁵ como instrumento da globalização e o localismo como resposta àquele. Este é pautado no capital social, pelo sentimento de pertencimento da população ao seu meio, sob a égide da Topofilia ou aquele se configura como fenômeno do capital, como a pós-urbanização (LENCIONI, 2006). A dicotomia local-metrópole tomou corpo nos estudos urbanos e regionais. Tal dicotomia entrou no debate dos espaços, pois essa inter-relação pautada na reestruturação produtiva e organizacional [e econômica] criou uma conformação do processo produtivo influenciando a estrutura das cidades, transformando-as em empresas corporativas que trabalham incessantemente em concorrência com as demais para inserir-se no sistema integrado do mundo. Em tal ambiente, o debate acerca da inter-relação global X local surge e conforma novos conceitos de metrópole e o papel das cidades para o estudo regional e urbano. Autores como Lencioni (2006, 2015a, 2015b) nos estudos metropolitanos e Pimentel Neto *et al.* (2014) enriquecem as bases do local (cidade) e do global (metropolização).

O que se pode observar nesta inter-relação é a integração do global e do local na análise dos espaços como coloca Sassen ao cunhar o termo *Global City*

[...] para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros a partir dos quais se produz um controle global dos mercados financeiros secundários e sítios de produção dispersos, na medida em que o investimento estrangeiro direto ocorre hoje preferencialmente pelo mercado de ações e de títulos (SASSEN, 1991 *apud* COMPANS, 1999, p. 98).

É na articulação entre o local e o global que se encontra, em última instância, a fonte dos novos processos de transformação urbana, e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais, capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades. Não há como fugir à interação e à articulação das funções mais específicas com as novas em processo de crescimento (VIEIRA; VIEIRA, 2003; NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR; ALVES, 2018).

Mesmo naquelas cidades onde estão bem identificados os lugares locais e globais, não há como fugir à interação e à articulação das funções mais específicas com as novas em processo de crescimento. “Conforme a nova era (econômica) se desenvolve, aumenta a

⁵ Contudo, a metropolização não é sinônimo do global necessariamente. Pode até instrumentalizar o globalismo.



importância da flexibilidade, como um mecanismo básico de gestão, e das economias de aglomeração, como uma força locacional preeminente” (BORJA; CASTELLS, 2000, p. 39 *apud* VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 134).

Vivenciando um mundo interconectado, as dificuldades na definição de local, comumente pensado como um dado adquirido, e do global, contínua, recorrentemente apresentado como “um processo homogeneizador que implacavelmente asfixia a natureza singular e individual do local são consequências expectáveis da globalização” (LOURENÇO, 2014, p. 26-27).

4 A construção do espaço urbano: o caso da RM Cariri

A RM Cariri está localizada na mesorregião sul cearense, microrregião do Cariri, formada pelos municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, a qual compõe espaço geográfico atípico em relação às características do semiárido nordestino conhecido como ‘Oasis do Sertão’. Sua criação, conforme Lima Júnior (2013, p. 4) “adviria de processos diversos, os quais se podem atribuir ao comportamento das diversas escalas”, entre elas,

[...] as transformações estruturais do sistema capitalista e a forma de adaptação do Brasil às mesmas; crescimento das cidades de médio porte em todo o Brasil expresso pelo comportamento das três cidades do CRAJUBAR⁶ e sua conurbação, e a polarização exercida por estes municípios em relação ao seu entorno; modernização política e econômica adotada pela gestão da unidade federativa, a partir do final dos anos de 1990, [...] somadas a instrumentos tradicionais como a atração de investimentos via estímulos fiscais, somados aos objetivos de interiorização do crescimento econômico do Estado em questão, o qual é centralizado na Região Metropolitana de Fortaleza. Para o autor, o objetivo de interiorização da dinâmica de crescimento no Ceará é [...] reduzir as grandes disparidades presentes no Estado (CORDEIRO, 2015, p. 31).

A RM Cariri possui um elevado potencial de desenvolvimento puxado, sobretudo, pela Conurbação CRAJUBAR. Sua constituição metropolitana evidencia a importância deste

⁶ Não se sabe ao certo a origem e o momento em que o vocábulo CRAJUBAR começou a ser empregado para definir essa aglomeração de cidades. Contudo, segundo Humberto Cabral, informante respeitável na região, diz que o termo foi utilizado originalmente pelo primeiro presidente do Instituto Cultural do Cariri (ICC), o senhor Jefferson de Albuquerque, por volta de 1964. Em razão deste representar à época uma figura proeminente na região, o emprego do termo CRAJUBAR teria sido rapidamente difundido e assimilado (QUEIROZ, 2013, p. 123).



espaço no contexto nordestino, principalmente cearense, “tornando-a mais propensa no que se refere à consolidação de uma nova perspectiva de processo de metropolização, incluindo o paradigma da sustentabilidade” (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p. 111).

Cabe frisar a importância da conurbação CRAJUBAR, como centro dinâmico e condutor da economia da RM Cariri. Todavia, cabe destacar o aspecto político introduzido na questão da criação da RM Cariri. Apesar do rico papel desempenhado no contexto urbano cearense atrelado ao intenso crescimento auferido nas últimas décadas, a região

[...] não se caracteriza de forma definitiva pelos preceitos da metropolização que usualmente caracterizam semelhante processo. Sua instauração se deu no âmbito das medidas que objetivaram a desconcentração populacional e econômica da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) além de ser uma das áreas urbanas mais importantes do Estado (FEITOSA *et al.*, 2014, p. 134).

Este é um marco para a região, visto que, sendo uma região metropolitana, seu espaço ganha novas funções, pois está propensa “a articulação de políticas públicas em âmbito regional envolvendo as três esferas governamentais, por meio da cooperação intergovernamental na elaboração e execução das chamadas funções públicas de interesse comum” (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p. 112).

Todavia, segundo Morais e Macedo (2014), a RM Cariri está distante de uma real efetivação de seu processo e gestão metropolitana, pelo fato de sua dinâmica espacial não corresponder a uma legitimação de uma política estadual de real efetivação de regiões metropolitanas.

5 Considerações finais

O presente trabalho aborda os conceitos de metrópole existentes e traz uma análise do local e sua imbricação com o global na construção do espaço urbano. Assim, a inter-relação entre os extremos urbanos cria situações nas quais o global se insere com maior facilidade a partir das especificidades locais. Faz-se, destarte, um debate acerca das regiões metropolitanas e sua criação, no caso da RM Cariri. Para tanto, busca-se um robusto arcabouço teórico que envolve diversos/as autores/as, a saber: Firkowski (2012, 2013), Lencioni (2006, 2015a, 2015b), Limonad (2011), Santos (1967), Monte-Mór (2006) etc. Tratou-se aqui s questão metropolitana e sua inserção no interior do estado do Ceará.



Evidenciada em outros espaços, como em Santa Catarina, conforme Firkowski (2012, 2013) chama atenção, tal questão se mostra difundida a questões locais, seja pela reificação do fenômeno do Padre Cícero em Juazeiro do Norte, seja pela Floresta Nacional do Araripe (FLONA), os quais estes dinamizam nosso turismo (através da fé, do geoturismo etc.) e atraindo novos empreendimentos e investimentos, seja pela crescente especulação imobiliária presente na região, seja pelo avanço socioeconômico do CRAJUBAR, especialmente Juazeiro do Norte, a cidade-polo etc., a RM Cariri apresenta um dinamismo impar que a coloca em destaque no Ceará e nos estados com quem faz fronteira (Paraíba, Pernambuco e Piauí). O que se constata é que existem metrópoles sem RM's, como também o contrário, a existência de uma RM sem uma metrópole. O aspecto político não caracteriza de fato um espaço como metropolitano, simplesmente lhe confere o status metropolitano, o caso da RM Cariri. Este cenário trata-se de uma região metropolitana que fora criada pelo Governo do Estado do Ceará, mas que não a caracteriza como uma RM (o mesmo para RMS). Ela simplesmente emerge (o sentido de metrópole emergente). Pode-se dizer que o status metropolitano conferido ao CRAJUBAR inexistente.

A despeito da inexistência do status metropolitano, a RM Cariri é uma metrópole que nasce em condições emergentes, pois ela emerge no interior do estado do Ceará; mas o é também pelo seu dinamismo no contexto da reestruturação produtiva, o que, através da LC nº 78, conferiu a ela maiores investimentos, aliado ao ideário político-econômico do Governo do Estado do Ceará, bem como aos mecanismos neoliberais advindos da globalização e da reestruturação produtiva. Assim, a inter-relação entre os extremos urbanos, global e local, cria situações as quais o universo global insere-se com maior facilidade a partir das especificidades locais, não desterritorializando-a, muito menos reterritorializando-a, mas sim relacionando o local (pelo aspecto cultural, religioso, econômico etc., nas mais variadas formas) ao global sem que este erradique àquele.

Por fim, é importante e necessário um esforço dos agentes responsáveis pela região no contexto das ações de planejamento que fomentem o aumento da qualidade de vida e das economias da RM, não somente focalizando as atenções – e recursos – para seu centro econômico, mas para quem a compõe, no caso as demais urbes pertencentes a este espaço, objetivando uma maior integração dos espaços metropolitanos e constitui, de fato, uma identidade metropolitana que a RM Cariri ainda não possui.



Referências

- ANTUNES, R. **A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer**. 2016. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer>>. Acessado em 01 de fevereiro de 2019.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madri: Taurus, 1998.
- BOURDIEU, P.; WANCQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. Tradução de Teresa Van Acker, Fórum Social Mundial. **Le monde diplomatique**, v. 1, n. 4, 2001.
- BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.
- CASTRO, H. R. de. **A Região Metropolitana na Federação Brasileira: estudo do caso de Londrina, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- CORDEIRO, R. de M. **As aglomerações produtivas de calçados, folheados e de joias do CRAJUBAR (CE): formação, produção, trabalho, implicações socioespaciais**. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.
- COMPANS, R. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 1, n. 1, p. 91-114, 1999.
- DAVANZO, A. M. Q. *et al.* Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.
- DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 37, n. 1, p. 50-85, 1975.
- FEITOSA, R. M. *et al.* Mudanças econômicas, ocupação e uso do espaço urbano na Região Metropolitana do Cariri – RMC: Os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. In: PINHEIRO, V. F.; PAIVA, M. J. G. de; MORAIS, J. M. L. (Org.) **Gestão do território, políticas locais e desenvolvimento sustentável**. Série CEURCA. V. 1. Crato-CE: URCA, p. 125-149, 2014.



FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: processos e dinâmica – uma introdução. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 15-32, 2015.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas? **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 122, p. 19-38, 2012.

_____. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. de. **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília: IPEA, 2013.

HAESBAERT, R. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: HAESBAERT, R. (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HELOANI, J. R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KRONEMBERGER, D. Desenvolvimento local sustentável: atores e estratégias de promoção dos territórios. In: PINHEIRO, V. F.; PAIVA, M. J. G. de; MORAIS, J. M. L. **Gestão de território, políticas locais e desenvolvimento sustentável**, Série CEURCA. V. 1. Crato-CE: URCA, p. 17-42, 2014.

LEAL, S. M. R. Papel dos atores econômicos na governança das metrópoles brasileiras. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Sociais**, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. 1, 2012.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª Reimp. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2008.

LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, n. 32, p. 114-138, 2010.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 35-68, 2015a.



_____. MetrÓpole e sua lÓgica capitalista atual face ao regime de acumulaçÓo patrimonial. Mercator. **Revista de Geografia da UFC**, v. 14, n. 4, p. 149-158, 2015b.

LIMA JÚNIOR, F. O' de. As espacialidades intra-urbanas e a dinâmica econômica nas cidades médias sul cearenses. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana da UERJ. In: **Anais...** Rio de Janeiro: 2013.

LIMA JÚNIOR, F. do O' de *et al.* TerritÓrio, aglomerados urbanos não metropolitanos na regiÓo Nordeste do Brasil e os ajustes urbano-regionais. In: III Seminário de Desenvolvimento Regional: Estado e Sociedade. **Anais...** III SEDRES, Blumenau-SC, 2016.

LIMONAD, E. UrbanizaçÓo e organizaçÓo do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton *et al.* **TerritÓrio, territÓrios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011.

LOURENÇO, N. GlobalizaçÓo e glocalizaçÓo: o difícil diÁlogo entre o global e o local. **Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais**, n. 4 (8), p. 17-31, 2014.

MONTE-MÓR, R. L. de M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2006.

MOURA, R. *et al.* Brasil metropolitano: uma configuraçÓo heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 105, p. 33-56, 2003.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; BARION, M. I. InstitucionalizaçÓo de regiÓes metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 129-143, 2006.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e regiÓo de influência das cidades: um foco sobre a RegiÓo Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 100, p. 25-55, 2011.

MORAES NETO, B. R. de. **Marx, Taylor, Ford: As forças produtivas em discussÓo**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MORAIS, J. M. L. de; MACEDO, F. C. de. RegiÓes Metropolitanas do Ceará: dispersÓo produtiva e concentraçÓo de serviços. In: MORAIS, J. M. L. de; MACEDO, F. C. de; LIMA JUNIOR, F. do O" de. **CearÁ: economia, urbanizaçÓo e metropolizaçÓo**. Crato-CE: RDS editora, 2014.

NASCIMENTO, D. C. do *et al.* Planejamento estratégico e desenvolvimento regional sustentável: análise da necessidade de mecanismos de gestÓo na RegiÓo Metropolitana do Cariri-CearÁ. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 107-119, 2013.

NASCIMENTO, C. E. P. do; LIMA JÚNIOR, F. do O' de; ALVES, L. da S. F. A construçÓo dos espaços urbanos face às articulaçÓes global-local. In: IV Seminário de Desenvolvimento Regional: Estado e Sociedade. **Anais...** IV SEDRES, Palmas-TO, 2018.



OLIVEIRA, M. P. de. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

PIMENTEL NETO, J. G. *et al.* Desenvolvimento local-Regional: a Relação entre Local x Global na Produção Espacial. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 3, n. 1, p. 256-271, 2014.

QUEIROZ, I. da S. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do CRAJUBAR**. 203 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2ª reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, L. M. dos; MOREIRA, I. T. Condições do Mercado de Trabalho no Setor de Serviços Nordeste. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP. **Anais...** p. 1-16, 2016.

SASSEN, S. The global city: Introducing a concept. **The brown journal of world affairs**, v. 11, n. 2, p. 27-43, 2005.

SOUZA, M. A. A. de. Reconstituo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SOUZA, S. de; CARVALHO NETO, A. Reestruturação produtiva, trabalho e estratégias de desenvolvimento local à luz da teoria do novo regionalismo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, 2009.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, n. 21, p. 15-31, 2007.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, nº 1, 2002.

VALOIS, I. da S. **O mercado de trabalho feminino na indústria cearense dos anos 1990**. Crato-CE, 2007, 95p. [Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas – Universidade Regional do Cariri – URCA].

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires**. L'Économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.



VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F. Poder local e gestão urbana: formulação de uma visão estratégica à dinâmica das cidades. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 127-139, 2003.